



UNIVERSIDADE : CONHECIMENTO E CIDADANIA

CEZAR LUIZ DE MARI
MARLENE GRADE

Resumo

Buscamos descrever a implantação da Universidade Federal do Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, no Vale do Mucuri, situado no nordeste mineiro, com a instalação de Campus Avançado em Teófilo Otoni/MG. A pesquisa foi conduzida a partir da análise de documentos oficiais, literatura especializada e da experiência de um projeto piloto de pesquisa e extensão aplicado na circunvizinhança do novo Campus. O eixo metodológico enfoca a presença da instituição pública na promoção da cidadania, imprimindo uma dinâmica de inclusão social no Vale do Mucuri, anteriormente marcado pela presença do ensino superior privado. A pesquisa permite concluir que a presença da UFVJM não corrige a disparidade de oferta de vagas e do número de instituições públicas em relação a oferta privada, somente equipara a região aos índices nacionais; a inserção comunitária por projetos de pesquisa e extensão permite conhecimento da região e uma presença regional qualitativa; a metodologia de inserção comunitária baseada na troca de conhecimentos produz vínculos democráticos e construtivos com a comunidade local; o Campus Avançado tem correspondido ao compromisso com a democratização dos conhecimentos e fortalecido as dimensões dos direitos públicos e sociais no Vale do Mucuri.

Palavras-chave: Universidade, Conhecimento, Cidadania, Direitos Sociais.

1. Introdução

Este trabalho de pesquisa busca situar a expansão da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, no nordeste do Estado de Minas Gerais, com a instalação do Campus Avançado do Mucuri¹, na cidade de Teófilo Otoni. Historicamente observamos a ampliação do acesso ao ensino superior aos jovens provenientes da região marcada pela presença de instituições de ensino superior privadas. Descrevemos o significado do acesso público desses jovens ao conhecimento socialmente construído e as experiências de construção de cidadania pela aproximação da instituição, professores e alunos da realidade local através de programas e projetos de pesquisa e extensão. Este estudo fundamenta-se em dados oficiais, literatura especializada e experiências com projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos pela universidade no espaço local.

A criação da UFVJM não superou o impacto da educação privada na região, significou apenas um primeiro passo em direção a equiparação da média regional com a média nacional na relação público/privado. Observamos também que o Campus Avançado pode se tornar uma experiência afirmativa de correção do débito histórico com as classes populares dessa região se conseguir assegurar a permanência de sua demanda e a atração de corpo técnico e docente qualificado. O Campus Avançado nasceu com o compromisso de atender a qualificação de profissionais nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas oferecendo os cursos de Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Matemática e Serviço Social. Por ocasião da aprovação no Conselho Superior - CONSU do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, em novembro de 2007, entraram em processo de implantação os cursos de Engenharia Civil, Hídrica e de Produção.

Os processos de construção da infra-estrutura do campus e estruturação do corpo docente estão sendo executados na condição de falta de um planejamento público da interiorização do ensino superior no Brasil. Carência que se expressa nas dificuldades de atrair doutores, na baixa relação de professor aluno e professor por curso, numa relação corpo técnico administrativo por professor das menores do Brasil, situada em 0,25 técnico para 1 docente e as precárias instalações de infra-estrutura física e de materiais (computadores, salas pra professor, etc.).

De outro lado, os passos dados até o momento têm revelado algumas tendências consideráveis em termos de inserção e permanência da juventude, sobretudo na atração de jovens do nordeste mineiro, norte do Espírito Santo e Sul da Bahia; na ampliação de conhecimentos da realidade regional por meio de projetos de pesquisa e extensão; e pela presença de instituição pública na região mais pobre do Estado de Minas. Hoje os alunos são majoritariamente da região e advindos da estratificação social C e D, conforme pesquisa interna do setor de Assistência Estudantil. Não podemos falar até o momento que o campus se defina por uma vocação regional, porém se a política nacional de inserção mantiver os investimentos e os incentivos previstos o campus poderá definir sua vocação regional articulado-se com a universalidade da ciência.

Nessa direção, descrevemos o resultado de um projeto piloto de extensão e pesquisa realizado por equipe de docentes e alunos do campus para permitir a conhecimento de campo empírico da periferia urbana ao redor do campus, bem como os desafios e a fundamental necessidade da democratização dos conhecimentos como meio de realizar a cidadania.

2. A universidade pública chega ao Vale do Mucuri.

Fundada em 30 de setembro de 1953 por Juscelino Kubitschek de Oliveira e federalizada em 17 de dezembro de 1960, a Faculdade Federal de Odontologia de Diamantina (Fafeod) transformou-se em Faculdades Federais Integradas de Diamantina (Fafeid) em 04 de outubro de 2002, elevadas à condição de Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) em 06 de setembro de 2005, publicada no DOU em 08 de setembro de 2005, através da Lei nº 11.173, de 06 de setembro de 2005 (Cf. PORTAL UFVJMb).

A UFVJM é constituída de três *campi*: dois em Diamantina e um em Teófilo Otoni (MG), com 22 cursos de graduação, destes 11 nascidos após a implantação do REUNI. O campus avançado do Vale do Mucuri é o terceiro instalado pela universidade na região a partir da primeira fase do programa de expansão universitária do governo atual. Sua criação atende às reivindicações dos municípios da região, que esperavam a oferta de ensino superior gratuito e de qualidade à população. A UFVJM também beneficia o nordeste mineiro, o sul da Bahia e o norte do Espírito Santo. (Cf. PORTAL UFVJMa).

O Vale do Mucuri desperta interesse pelas características peculiares em termos de desenvolvimento agrícola, estrutura social, índices educacionais, índices de pobreza, e migrações, equiparados ao sertão nordestino. Estudar o impacto da instalação do Campus Avançado permite compreender os limites e derivações das políticas de acesso dos últimos cinco anos ao ensino superior e os avanços em relação às políticas da década de 1990.

Cabe ressaltar que as políticas educacionais brasileiras da década de 1990 tiveram uma orientação para o desenvolvimento do ensino superior privado, tornando a cobertura nacional pública de vagas reduzida à margem de 30%, e em termos de números de instituições públicas à 11 % (Cf. INEP, 2007). Essa opção política abriu mercado do ensino superior na perspectiva de um Estado racionalizado e conduzido pelas forças empresariais. O Vale do Mucuri não foge a regra sendo coberto majoritariamente por oferta de ensino superior pago.

No município de Teófilo Otoni, surgiram as Faculdades Unificadas Doctum, criada em 1998, Universidade Antonio Carlos – UNIPAC em 2002, o Instituto de Ensino Superior Integrado IESI – FENORD, criado em 1999. Instituto de Educação Superior São Francisco de Assis de Teófilo Otoni – IESFATO, criado em 2004, Faculdade de Tecnologia Egídio José da Silva – FATEGIDIO, credenciada em 2006. Também surgiram as Faculdades de Almenara – ALFA, em 2007, que existia como Instituto Educacional desde 2002 no município de Almenara e, Faculdade FANAN, criada em 2004, na cidade de Nanuque.

A expressão pública se dá com a criação da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas – FACSAB, Campus Avançado da UFVJM, em 2005, na cidade de Teófilo Otoni. Além dela há também ao longo do Vale do Mucuri programas de instituições públicas pelo ensino a distância a exemplo das extensões semi-presenciais das Universidades Federal de Juiz de Fora – UFJF, Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG e da Universidades de Montes Claros – UNIMONTES. O nosso estudo, porém, não se deteve na expansão do ensino a distância, por ora buscamos manter como objeto o ensino público presencial

Apesar da retração da média de candidatos na busca do ensino superior pago nos últimos oito anos, foram abertas trinta e três novas universidades privadas e apenas uma pública em todo o Estado de Minas Gerais, o que significa que o condicionamento das

políticas para o ensino superior ainda mantém a maioria massiva de instituições e vagas na iniciativa privada. Os interesses corporativos adentram também instâncias dos poderes federais e organizam-se em entidades com força política capazes de conduzir as decisões em função de seus interesses (Cf. CUNHA, 2004).

A ampliação de mais de 10 Universidades Federais e 48 novos campi em todo o território nacional realizada pelo atual governo é, sem dúvida, uma medida avançada se compararmos o movimento da década de noventa. Em sua totalidade a FACSAB abarcará aproximadamente 2.550 alunos até 2012. Isso em termos percentuais está aquém dos índices necessários para uma cobertura que garanta uma inclusão contundente, em termos de acesso público no Vale do Mucuri. A política pública superior, porém, inicia sua incursão com o Campus Avançado podendo se constituir um centro irradiador de estudos, projetos, e produção de conhecimentos. Apesar de ser pequeno o impacto em termos de vagas, já podem ser constatadas significativas aberturas de possibilidades de inserção regional por meio de projetos de extensão e pesquisa como podemos observar abaixo.

3. Universidade extensão e pesquisa: espaços de produção de conhecimentos

Compreendemos que uma das funções da universidade é contribuir socialmente qualificando os profissionais para atuarem nos mais diversos campos do conhecimento, principalmente no eixo dos direitos sociais. Tem sido objeto de delongados estudos, análises e reflexões, o posicionamento de grupos de intelectuais no campo metodológico construindo relações diretas com a comunidade, seja via ensino, extensão ou pesquisa, no sentido de se criarem aproximações construtivas para maior democratização dos conhecimentos produzidos e, sobretudo, a contribuição para um agir coletivo vinculando as dimensões cotidianas e as políticas públicas.

Desde a criação do Campus Avançado do Mucuri, em 2005, foram realizados mais de vinte projetos de pesquisa e trinta projetos de extensão, abordando e intervindo nos diversos campos da realidade social. Desde então se qualifica um banco de dados sobre a região tornando-a melhor conhecida e permitindo a inserção de estudantes, professores e técnicos na realidade regional. Da mesma maneira tem proporcionado a abertura de relações entre a universidade, empresas, entidades sociais e órgãos públicos, que constituem importantes alianças para uma entidade preocupada na promoção da cidadania.

É neste contexto que o projeto de extensão, *Café filosófico-social: cidadania e participação popular* foi proposto pela comunidade do Bairro Solidariedade no sentido de buscar a compreensão sobre os direitos sociais em parceria com a universidade.

O primeiro encontro entre os líderes do Bairro e representantes da Universidade ocorreu em 20 de abril de 2008. As manifestações da comunidade giraram em torno das dificuldades encontradas na mobilização dos moradores, no esvaziamento das lutas e das instituições comunitárias, preocupações com os jovens e crianças, problemas de infra-estrutura e outros. Essa oportunidade permitiu que a equipe da UFVJM pudesse perceber as demandas da comunidade para a confecção de uma proposta pautada no diálogo e a partir das condições reais. Assim, no primeiro momento, sugeriu-se um conjunto de questões práticas a serem discutidas, referentes aos aspectos de infra-estrutura do bairro, legalização das moradias, problemas do transporte público e a questão da saúde. De outro lado, surgiram demandas sobre a formação e qualificação dos jovens, falta de alternativas de trabalho e perspectivas para a inserção dos mesmos no ensino superior. Estas foram algumas das questões presentes nos temas discutidos nas reuniões, entre os moradores e os professores da UFVJM. Diante do exposto a

equipe elaborou uma proposta e um plano de ação que foi discutida e aprovada em reunião no dia 08 de julho de 2008 prevendo:

1. Elaboração de um diagnóstico das políticas públicas presentes e ausentes no Bairro Solidarietà, com a finalidade de subsidiar a comunidade na elaboração de pauta sobre as demandas das políticas públicas junto ao poder público. O diagnóstico seria o “Plano Piloto” a ser estendido aos bairros circunvizinhos do bairro Solidarietà;
2. Elaboração de cursos de formação com o intuito de subsidiar o acesso ao conhecimento relativo aos temas sobre direitos sociais e cidadania. Abordam-se temáticas tais como: acesso a educação, habitação, saúde, lazer e cultura, a importância da organização social e perspectivas para a juventude.

Os dois momentos da proposta estão articulados no processo de construção do conhecimento e ações cotidianas que envolvem a vida social no bairro. Na medida em que o processo da formação foi ocorrendo, o diagnóstico foi sendo construído numa dimensão teórico-prática, resultando no Relatório Sócio-Econômico.

Ao longo do ano de 2008 foram acompanhadas mais de 40 lideranças, todas envolvidas com a realidade local e preocupadas em pensar projetos e processos para o avanço social na comunidade. O projeto envolveu também alunos de diversos cursos da FACSAB com o intuito de inserir qualitativamente os estudantes na realidade das periferias e também como espaço de trocas pedagógicas, estágio e construção de alternativas conjuntas.

3.1 Caracterização da empiria

O Bairro Solidarietà, mais conhecido como jardim Pindorama (Terra das Palmeiras), localiza-se na zona sul da cidade de Teófilo Otoni. Tem um conjunto habitacional com 176 casas, com área construída de 18 m², em lotes de 125 m². Possui estrutura urbana, com ruas padronizadas e precárias condições de saneamento básico e iluminação pública. Foi planejado pela prefeitura municipal para atender a um contingente de desabrigados das chuvas e à população flagelada oriunda de famílias camponesas que chegaram à Teófilo Otoni nos anos 1970/80. Atualmente comporta uma população de aproximadamente 2.000 habitantes. Formadas por famílias de baixo poder aquisitivo, a ocupação média por casa é de nove pessoas, com densidade demográfica de 2 m² de área construída por habitante (Cf. MIRANDA, 2006).

Os recursos comunitários do Bairro Solidarietà são poucos e precários: possui um Posto de Saúde com atendimento restrito a dois dias por semana, uma quadra poliesportiva, Associação Comunitária, uma creche, um cemitério, e o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS. As ruas não são asfaltadas e a imagem é de abandono: esburacadas por enxurradas, terrenos baldios com mato e uma precária estrutura de saneamento.

O ideário da cidade em relação ao Bairro é projetado como um espaço coletivo de prostituição, tráfico de drogas, violência e descaso do poder local, o que reafirma a exclusão social vivenciada pelos moradores.

O acesso ao Bairro se dá por uma única rua. Nele mapeia-se uma parte baixa onde se localiza a Vila Esperança e a rua que leva aos bairros do sul, como o Taquara São Benedito, Barreiros e São Paulo. O restante dos limites do bairro está cercado por fazendas de pastagens.

No estudo² realizado pelo grupo de trabalho da UFVJM foram levantadas as condições sociais e econômicas da população que ali reside. Formado por famílias de baixa renda, com rendimentos que variam de R\$ 50,00 a R\$ 500,00 reais ao mês. O nível de escolaridade é baixo: no universo de 97 pessoas pesquisadas, na faixa etária

que vai de 17 a 80 anos chegou-se aos seguintes percentuais: 63,9%, estudaram até o ensino fundamental incompleto, e 59,21% estudam em escolas estaduais.

Os principais recursos comunitários apontados como necessários para melhorar o bairro foram apontados como: asfalto: 52,57%; calçamento: 52,57%; ônibus: 10,30%; melhoria na questão da saúde: 29,89%; saneamento básico: 21,64%; coleta de lixo, 13,40%.

Outra percentagem levantada pela pesquisa mostra que 35,1% não faz nenhum tipo de reivindicação para conseguir melhorias para a comunidade, possivelmente pela tradição de dependência criada pela política local em buscar resolver a pobreza com medidas assistenciais, em períodos eleitorais. Embora o bairro seja retratado como violento, mais de 80% dos entrevistados sentem-se seguros nele. Este dado revela como a convivência diária com a diversas formas de violência vai criando indiferença do cidadão sobre suas possíveis causas.

No bairro há um contingente de mais de 40 jovens com o ensino médio concluído. Todos com importante convicção de continuarem sua vida de estudos na universidade. A UFVJM aparece como a primeira opção por ser pública e gratuita, reforçada por sua presença no bairro via projeto de extensão.

Juntamente com o diagnóstico foi realizada pesquisa sobre a concepção de políticas públicas das lideranças comunitárias. As falas convergem no sentido das dificuldades de agregar o conjunto dos moradores ao redor de propostas coletivas. Dificuldades que se expressam pelo esvaziamento da Associação de Moradores e pela incompreensão dos mecanismos de construção, aplicação e fiscalização das políticas públicas. As lideranças revelam que a percepção da política pública permeia a lógica do direito público, de um lado superando a percepção da política do favor e da assistência, e de outro, demonstram posicionamentos passivos diante dos órgãos públicos. Ao longo do histórico do bairro foram reforçadas políticas pontuais de cunho eleitoral que tornam as instituições e os movimentos organizativos dependentes. A expressão mais forte disso é a relação dos moradores com a moradia. Os lotes foram doados no início da década de 1980 e até o momento os mesmos não foram regularizados, criando uma tensão permanente nos períodos eleitorais sobre a garantia da posse. Condição que torna a população vulnerável às promessas políticas e com medo permanente de perda da moradia.

3.2 Considerações metodológicas

Observamos que a presença da UFVJM por meio deste Projeto Piloto foi de fundamental importância para estreitar os laços de solidariedade, troca de saberes e promoção da cidadania.

O contato da equipe de professores e alunos com os moradores tem priorizado uma aproximação de constante diálogo e de interação entre a Universidade e a Comunidade, reacendendo a necessidade de mobilizar as instâncias organizativas ao redor de uma agenda mínima diante das demandas das políticas públicas. Compreendemos que a Universidade possui um papel de mediadora ativa, contribuindo essencialmente na elaboração de diagnósticos, na formação e capacitação de lideranças, ao mesmo tempo em que cria vínculos de troca de conhecimentos. Os procedimentos metodológicos querem tornar visível à própria comunidade, reforçando a organização e o trabalho coletivo como caminhos construtivos para o exercício da cidadania. Incentivamos, em todos os momentos, o diálogo com os moradores, a participação de todas as instituições envolvidas (Creche, Igreja, Associação de Moradores, Conselhos, Universidade, moradores, e principalmente os jovens), bem como voluntários que desejem contribuir com as ações estabelecidas. Desse modo capacitação/formação e o

diagnóstico sócio-econômico expressaram uma maior articulação teórico-prática. A ênfase de todo o Projeto é feita na afirmação dos direitos públicos a fim de que os mesmos sejam conhecidos, incorporados e buscados coletivamente.

Ao mesmo tempo em que as dificuldades e contradições da realidade se tornam presentes, impedindo e/ou impondo-se como barreiras para a concretização da cidadania aparecem as possibilidades de resistência que apontam para caminhos coletivos. Nesse sentido o presente diagnóstico também mostrou os fluxos organizativos e as formas de buscas com fim na superação das debilidades das políticas públicas que prejudicam os processos de cidadania. A creche comunitária localizada ao centro do Bairro é a maior expressão dessa resistência organizativa e de mediação para abertura de perspectivas, tanto em termos de agregação dos moradores quanto em termos de formação de novas lideranças. Por intermédio da creche há um canal de comunicação com os órgãos públicos locais, estaduais e nacionais, permitindo a articulação de projetos e de alternativas de políticas públicas.

Contabilizamos como construtivo esse primeiro contato da UFVJM com o Bairro Solidariedade. A avaliação conjunta dos membros participantes da pesquisa e dos moradores expressa como positivo os seguintes pontos: o trabalho conjunto proporcionou uma aproximação de estudantes, professores e lideranças comunitárias externas a comunidade; permitiu um processo de diálogo e de participação comunitária na ordem de 40 membros nas reuniões mensais e extraordinárias; formação em temas dos direitos de cidadania; certificação de 40 participantes; permitiu o desdobramento de outros projetos *Ad Hoc* ao projeto *Café Filosófico-Social*, tais como: *pré-vestibular comunitário* (proposta dos estudantes dos cursos de matemática e Serviço Social), e *Projeto karatê* (proposta de técnico administrativo); tornou mais objetiva a relação de conhecimento dos moradores sobre quais suas necessidades e preocupações; visualizou uma radiografia inicial por meio do diagnóstico sócio-econômico, possibilitando uma melhor intervenção das instituições que atuam na comunidade; demonstra a percepção comunitária contraditória sobre o que é a política pública, uma de viés mais passivo, esperando das lideranças e das instituições que promovam as políticas e outro com viés mais ativo, sugerindo novas alternativas e propondo projetos que avancem a condição do bairro; essa relação tem motivado os estudantes a buscarem a universidade pública percebendo nela uma possibilidade na formação profissional.

Observa-se que a dimensão da realização dos direitos sociais das populações que estão à margem é um campo de constantes embates com os poderes públicos. Um dos nós essenciais para a superação dessa exclusão está na obtenção e na troca de conhecimentos, buscando compor as vivências/experiências locais com as dimensões da ciência. As metodologias de corte positivistas resultaram em uma formação acadêmica muito distanciada desta perspectiva teórico-prática, hoje, porém, a universidade desempenha com maior propriedade essas articulações quando é compreendida como instituição de mediação de conhecimentos para a cidadania.

4. Por um caminho articulado entre as dimensões do cotidiano e as universais

A compreensão do cotidiano evoca a articulação das dimensões particulares dos fenômenos com as dimensões complexas entrecortadas no cotidiano, conforme acepção contida em Gramsci (1999) Vygotsky (1998b) e Heller (1992). Gramsci situa o cotidiano nos estudos sobre o senso comum, mostrando que ele, mesmo fragmentado e impreciso, é ponto de partida necessária para a crítica que permita o avanço para uma concepção de mundo mais complexa. Vygotsky, por sua vez, empreende um importante debate entre os conhecimentos cotidianos e os conhecimentos científicos, mostrando que ambos se entrecruzam na passagem de um conhecimento espontâneo

para o sistematizado. Heller compreende o sujeito inserido simultaneamente no cotidiano como ser particular e ao mesmo tempo como ser genérico. O cotidiano não é suficiente para o desenvolvimento pleno do humano, para isto se faz necessária a educação escolar como mediação qualitativa desse desenvolvimento.

Conferimos estes esclarecimentos para balizar nossa análise a seguir e dizer que sem um olhar atento, rigoroso, sistemático e singular do cotidiano corremos o risco de emprendermos complexas análises com pouca eficácia e significado histórico. De outro modo, ficar no cotidiano, como se o mesmo nos munisse dos conhecimentos necessários seria perder a capacidade de analisar os fenômenos para além da superfície.

Nesse sentido julgamos por bem efetuar algumas reflexões sobre a metodologia mais adequada para analisar os vínculos entre universidade e comunidade de modo construtivo. Com o enfraquecimento do positivismo a partir da metade do século XX (CHALMERS, 1993), abriram-se espaços de constituição ao debate sobre outras metodologias³. Em diversos autores do campo educacional problematiza-se a participação popular na construção da democracia começando pelo acesso ao conhecimento (FREIRE, 1987, 1989, 1992; FREINET, 1978; SAVIANI, 2007; GRAMSCI, 1999).

Ao levantar a dimensão participativa nas práticas sociais de grupos de periferias urbanas, buscamos compreender as concepções sobre os direitos sociais e como eles se concretizam objetivamente nesses espaços. Ademais tentamos descobrir os nexos de interações entre os conhecimentos científicos e os populares, articulando uma análise não mais por oposição, mas por composição e revelação onde as práticas sociais aparecem como teorias elaboradas no/e a partir do próprio processo em que os atores são co-partícipes, reproduzindo as contradições sociais que se materializam nas concepções do senso comum e bom senso (Cf. GRAMSCI, 1999).

Nossa base epistemológica buscou a articulação teórico-prática na condução da pesquisa no sentido de captar os movimentos das condições reais e o desenvolvimento educativo dos grupos envolvidos no processo. Trata-se da condução em que os diversos parceiros interagem a partir e nas práticas em que estão envolvidos. Ou seja, o ponto de partida é sempre a condição real e contraditória dos próprios grupos.

O papel da universidade como parceira não é a de dizer qual o caminho, mas apontar, indicar e mediar as análises, sugestões e ações juntamente com os participantes. A pesquisa e a extensão prevêm a participação dos membros da universidade como mediadores do processo de produção de conhecimentos, dentro de uma concepção participativa e de uma noção de aprendizagem como processo construtivo social (VYGOTSKY, 1988a, 1988b) que articula a ligação entre a condição real do sujeito e sua potencialidade (zona proximal), e por Paulo Freire (1987, 1989, 1992) e Freinet (1978, 1985), no sentido de que entre os saberes populares e os saberes científicos haja um processo de interação e construção cooperativa. Não partimos do princípio hierarquizado que prima pela preponderância do saber acadêmico, mas na conjugação do mesmo como força pedagógica e política, sendo democratizado na relação com os conhecimentos populares. Freire (1992) enfatiza a idéia de que a vida é um elemento chave para a realização da educação e que a produção do conhecimento é sempre mediada pelas condições contraditórias de uma realidade em transformação.

Conduzimos os trabalhos na perspectiva de articulação entre a formação técnica e a humanística buscando ver os limites dos processos de conhecimentos e das qualificações dos moradores do Bairro Solidariedade e o esforço dos grupos dirigentes em mantê-los na condição da subalternidade. Ao mesmo tempo, empreendemos com eles um projeto de formação nas esferas dos direitos sociais construindo assim um vínculo formativo e propositivo entre a comunidade e a universidade.

O Bairro Solidariedade expressou um momento empírico para pesquisa e extensão do Campus do Mucuri, permitindo entrarmos na realidade urbana da cidade de

Teófilo Otoni e travarmos relações de troca de conhecimentos. Os moradores vivenciam diariamente problemas de ordem pública que atingem diretamente os direitos da cidadania. A mediação do grupo de trabalho tem ajudado a refletir e contribuir com a formação de lideranças no sentido da apropriação dos conhecimentos, elaboração de projetos, fortalecimento dos processos organizativos internos e buscas coletivas de saídas para a concretização dos direitos sociais. Movimento que articula as questões básicas dos direitos de saúde, educação, moradia às esferas mais complexas como a compreensão das políticas sociais, constituição, noções de direito ambiental e outros.

4.1 O Estado na dinâmica da produção da cidadania

Nossas análises pressupuseram também o Estado como dimensão central para o exercício dos direitos. Isto para fazer frente às tendências ocorridas ao longo da década de 1990 do esvaziamento das dimensões públicas pela descentralização de responsabilidades do Estado à sociedade civil. Compreendemos que as funções públicas, entre elas as exercidas por órgãos como as universidades possuem a centralidade na produção dos direitos pela democratização do acesso aos conhecimentos e pela afirmação da cidadania.

A partir da Constituição Federal de 1988 ocorreu o processo de municipalização das políticas sociais. Com a descentralização política, as políticas sociais ganharam novas fundamentações teóricas e novas maneiras de execução. O poder local tornou-se o principal responsável pela descentralização administrativa no que se refere à formulação, implementação e gestão das políticas sociais.

Nos últimos vinte anos, apesar da ascensão das lutas democráticas, dos movimentos sociais e da descentralização política, que apontavam condições políticas para uma legítima realização dos avanços das políticas sociais no Brasil dos anos 1980 e 1990, muitas contratendências se interpuseram a essa possibilidade. A instauração do projeto neoliberal, na década de noventa, produziu novas concepções de políticas públicas, um novo conceito de “Estado Social” e, principalmente, novos arranjos institucionais na gestão das políticas públicas.

O processo de retração dos movimentos sociais verificado a partir de 1990 como um dos efeitos da imposição do “modelo neoliberal”, facilitado pelo consentimento por parte dos governos federais, engendrou o esvaziamento do conflito e das possibilidades de aperfeiçoamento do processo democrático.

A incorporação e apelo pelo “tema da sociedade civil” no discurso da contra-reforma, sobrepõe-se uma visão da sociedade civil reduzida a recurso gerencial, na qual “grupos, indivíduos e comunidades deveriam se organizar, automaticamente, para transferir sustentabilidade e recursos às políticas públicas. Seria uma sociedade civil cooperativa, um espaço diferente do Estado e com forte vetor anti-estatal, dependente bem mais de iniciativa individual e empreendedorismo social”. (MIRANDA, 2006, p.269).

Nessa direção de contra-reforma, o Estado é abandonado como campo de lutas e emancipação por meio das conquistas das políticas sociais. Os trabalhadores têm suas conquistas e garantias sociais ameaçadas. O Estado, a cada dia, repassa as responsabilidades para a sociedade civil. As políticas públicas são submetidas à lógica das reformas estruturais do capital que estão voltadas para a estabilização da economia mundial.

Diante desse cenário, torna-se necessária a defesa da Seguridade Social e dos direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988. É imperativo o confronto com as pretensões privadas de enfrentamento da questão social. Nessa direção somam-se os diversos esforços dos grupos, movimentos e instituições para tornar os

direitos sociais presentes na vida dos cidadãos. O fortalecimento dos espaços e dos direitos públicos apresentam-se como centros irradiadores de possibilidades e dinamismo com os quais é possível traçar caminhos de formação e construção de conhecimentos.

5. Considerações finais

A partir desse primeiro momento de implantação da UFVJM no Vale do Mucuri podemos indicar que a inserção regional dos novos *campi* e novas universidades podem facilitar o processo de desenvolvimento local no sentido de abertura de caminhos e possibilidades para as populações que se encontram distantes do acesso ao conhecimento. Desde a recuperação das formas organizativas à auto-confiança dos membros de comunidades ao perceberem a necessidade do conhecimento como mediação para a cidadania.

A função da universidade passa pelas dimensões do ensino, pesquisa e extensão. E, atualmente, a força dessa presença pública tem garantido o avanço de reflexões nos diversos campos do conhecimento, sobretudo no avanço das organizações de mulheres, dos jovens e negros. É possível admitir que a universidade em si mesma não promova desenvolvimento diretamente, mas capacidade de fazer vislumbrar, permitir abertura de caminhos para o conhecimento e articular-se como alternativa de recuperação de possibilidades.

O conhecimento é mediação necessária para a produção de campos de cidadania. O acesso a ele, seja por vias formais ou informais, tem possibilitado o engendramento de campos de apropriação dos conhecimentos ao longo das experiências de cidadania. Nesse sentido a UFVJM é um centro que pode dinamizar e motivar muitos caminhos de construção social e conhecimento. A vocação regional e a condição do público podem torná-la referência em termos do Vale se permanecer na condição de produzir e socializar conhecimentos para além dos desejos imediatos, mas alcançando a condição de articuladora das dimensões cotidianas e universais.

Notas

¹ O Campus Avançado do Mucuri é criado em 2005 com a instalação da Faculdade de Ciências Sociais, Aplicadas e exatas – FACSAB.

² Ao longo de ano de 2008 foi realizado um levantamento sócio-econômico com o recolhimento de 97 questionários. As perguntas se referiam a questão salarial, escolaridade, saúde, condição de acesso a escola, emprego, condições de moradia, envolvimento comunitário e perspectiva de organização comunitária. Essa pesquisa permitiu qualificar melhor as intervenções e a elaboração do diagnóstico das políticas públicas do bairro.

³ Com o fortalecimento das ciências humanas e sociais a partir do século XIX, abriram-se novos caminhos metodológicos advindo das reflexões fenomenológicas, da filosofia analítica, da lingüística, da economia, que se interpuseram como novos caminhos no auxílio a na concretização de uma ciência para além do ideário positivista.

Referências

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefias para Assuntos Jurídicos. Lei nº 11.173, de 06 de setembro de 2005. Transforma as Faculdades Federais Integradas de Diamantina em Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM e dá outras providências.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Transforma as Faculdades Federais Integradas de Diamantina em Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM e dá outras providências. Editada no DOU em 08 de setembro de 2005.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Anísio Teixeira. *Censo do Ensino Superior, 2007*. Disponível em: http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/relatorio_tecnico.htm Acessado em 28 de junho de 2009.

CHALMERS, Alan F. *O que é a ciência afinal?* São Paulo: Brasiliense, 1993.

CUNHA, Luiz Antonio. Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior: Estado e Mercado. In: SGUISSARDI et al. (Orgs.). *Universidade: reforma e/ou renição ao mercado? Educação & sociedade*, n. 88, v 25, Especial, 2004, p. 795-817.

FREINET, Célestin. *A educação pelo trabalho*. Lisboa: Editorial Estampa, 1978(Vol. I e II).

FREIRE, Paulo. *Aprendendo com a própria história*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

_____. *Que fazer: teoria e prática em educação popular*. São Paulo: Vozes, 1989.

_____. *Pedagogia da Esperança*. São Paulo: Paz e Terra, 1992

GRAMSCI, Antonio. *Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce*. Civilização brasileira, 1999.

HELLER, Agnes. *O Cotidiano*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

MIRANDA, S. M. Infância, trabalho e direitos no Vale do Mucuri – MG. *Tese de Doutorado em História Social*. Universidade de São Paulo – USP, 2006.

PORTAL UFVJM (a). *UFVJM*. Disponível em http://Ice.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=artcke&id=10038&catid=228&Itemid=86. Acessado em 26 de junho de 2009.

PORTAL UFVJM (b). *História*. Disponível em <http://www.ufvjm.edu.br>. Acessado em 26 de junho de 2009.

SAVIANI, Demerval. *Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos*. Revista Brasileira de Educação. Jan./Abr. 2007, v. 12, n. 34, p. 142-165.

VYGOSTKY, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo, Martins Fontes, 1998a.

VYGOSTKY, L. S.; LURIA, A R.; LEONTIEV, A N. *Linguagem desenvolvimento e aprendizagem*. São Paulo: Ícone/ EDUSP, 1998b.